



A crise ambiental da atualidade: o caso do Noroeste Fluminense

The current environmental crisis: the case of northwest Rio de Janeiro State

La crisis medioambiental actual: el caso del noroeste del Estado de Rio de Janeiro

 **Arthur Soffiati** E-mail: as-netto@uol.com.br

 Universidade Federal Fluminense (UFF), Campos dos Goytacazes/RJ, Brasil



Resumo: A partir do século XIX, a história dos grandes acontecimentos, das dinastias, dos reis, das batalhas foi invadida pelas classes trabalhadoras, pelas mulheres, pelos pobres, pelos escravizados, pelas ex-colônias europeias na América, na África e na Ásia. Novos objetos foram constituídos pelos historiadores. O marxismo e a Escola dos Annales revolucionaram a história. A descolonização política do mundo constituiu novos Estados nacionais e novas histórias passaram a ser escritas a partir de novas perspectivas. Por baixo e por fora das questões restritas a seres humanos, uma nova questão começou a emergir lenta e progressivamente em todo o mundo. O modelo desenvolvimentista nascido com a revolução industrial inglesa foi tomado como padrão pelos países que pretendiam alcançar o patamar do “progresso”. Para tanto, era preciso industrializar-se, consumir recursos e gerar resíduos. Os limites do planeta começaram a ser atingidos. Emergiu a questão ambiental, que passou a ser um novo ramo da história. Trata-se de um campo ainda pouco explorado pela Academia, mas que ganha terreno. Este artigo pretende sintetizar a situação ambiental do Noroeste Fluminense pela perspectiva da história ambiental, estimulando pesquisas futuras.

Palavras-chave: ecologia, história ambiental; Noroeste Fluminense; história regional; desenvolvimento.

Abstract: From the 19th century onwards, the history of great events, dynasties, kings, and battles was invaded by the working classes, women, the poor, the enslaved, the former European colonies in America, Africa and Asia. New objects were created by historians. Marxism and the Annales School revolutionized history. The political decolonization of the world created new national states and new histories began to be written from new perspectives. Underneath and outside the issues restricted to human beings, a new issue began to emerge slowly and progressively throughout the world. The developmental model born of the English industrial revolution was taken as the standard by countries that wanted to reach the level of “progress”. To do so, they had to industrialize, consume resources and generate waste. The limits of the planet began to be reached. The environmental issue emerged and became a new branch of history. It is a field that is still little explored by academia, but which is gaining ground. This article aims to summarize the environmental situation in the northwest of Rio de Janeiro from the perspective of environmental history, stimulating future research.

Keywords: ecology, environmental history; Northwest Rio de Janeiro State; regional history; development.

Resumen: A partir del siglo XIX, la historia de los grandes acontecimientos, dinastías, reyes y batallas fue invadida por las clases trabajadoras, las mujeres, los pobres, los esclavizados y las antiguas colonias europeas en América, África y Asia. Los historiadores crearon nuevos objetos. El marxismo y los Annales revolucionaron la historia. La descolonización política del mundo creó nuevos Estados nación y se escribieron nuevas historias desde nuevas perspectivas. Por debajo y fuera de las cuestiones restringidas a los seres humanos, una nueva cuestión empezó a surgir lenta y progresivamente en todo el mundo. El modelo desarrollista nacido de la revolución industrial inglesa fue tomado como norma por los países que querían alcanzar el nivel de “progreso”. Para ello, debían industrializarse, consumir recursos y generar residuos. Se empezaron a alcanzar los límites del planeta. La cuestión medioambiental surgió como una nueva rama de la historia. Es un campo aún poco explorado por el mundo académico, pero que va ganando terreno. Este artículo pretende resumir la situación ambiental del noroeste de Río de Janeiro desde la perspectiva de la historia ambiental, estimulando futuras investigaciones.

Palabras clave: ecología, historia ambiental; Noroeste del Estado de Rio de Janeiro; historia regional; desarrollo.

Fundamentos teóricos e metodológicos

Donald [Worster \[1991\]](#) observa que a história ambiental representa uma terceira revolução na historiografia, sendo o historicismo/positivismo a primeira e a Escola dos Annales/História Nova a segunda. Para ele, a natureza não-humana, ao relacionar-se com as sociedades humanas, deixa de ser espaço inerte, estoque inesgotável de recursos, depósito com capacidade ilimitada de absorver os descartes dos processos econômicos, mero palco em que se encenam os dramas humanos, como a filosofia mecanicista a concebeu, para tornar-se agente ([Worster, 1991](#)). A história ambiental aprendeu a dialogar não apenas com as ciências sociais, mas também com as ciências da natureza, empenhando-se em ouvir a fala da natureza não-humana. E ela tem falado com eloquência por meio dos fenômenos climáticos excessivos, principalmente. Haja vista as enchentes do Rio Grande do Sul, os incêndios do Pantanal e do Cerrado e a estiagem da rede hídrica amazônica. O planeta inteiro está sendo castigado por essa crise.

Há, pelo menos, quatro posturas na historiografia atual a discutir a relação entre sociedade e natureza. A primeira, antropocêntrica, sociocêntrica e culturocêntrica, ainda é dominante e se ocupa tão somente do “Homem”, da “Sociedade” e da “Cultura”. A segunda, bem representada pela obra de Fernand [Braudel \[1983\]](#), entende a natureza como um tempo de longuíssima duração, transformando-a em espaço imóvel ou permanente. A terceira vem se mostrando a mais promissora. Ela trata dos estudos concernentes às relações das sociedades humanas com um determinado ecossistema ou com um conjunto inter-relacionado deles (bioma) ou ainda com uma região apresentando relativa unidade ambiental (ecorregião), dotando a natureza não-humana de alguma forma de “fala”. Agora, ela ganha amplitude planetária.

Esta perspectiva permite um amplo espectro de abordagens. Donald [Worster \[1991\]](#) mostra que a natureza não-humana, num primeiro e profundo plano, incluídos os humanos, produz sua própria história, embora apenas o *Homo sapiens*, até o momento, tenha conseguido o feito de colher fontes e dedicar-se à construção de tal história. A profundidade, neste caso, chega a atingir a estrutura orgânica do ser pelas relações inter-retro-ativas de ecossistema, espécie, indivíduo, sociedade e cultura.

Num segundo nível, situa-se a história das relações materiais entre sociedades e ecossistemas. Nele, destacam-se os nomes de Donald [Worster \[1985\]](#), Willian [Cronon \[1983\]](#), Alfred W. [Crosby \[1993\]](#), John [Perlin \[1992\]](#), Clive [Ponting \[1995\]](#), Warren [Dean \[1996\]](#) e Andrée [Corvol \[1987\]](#). No Brasil, destacam-se os nomes de José Augusto [Drummond \[1997\]](#) e Jozimar Paes de [Almeida \[1988\]](#). Finalmente, um terceiro nível trata da história das representações, com Robert [Lenoble \[1990\]](#), Frederick [Turner \[1990\]](#), Keith [Thomas \[1988\]](#) e Simon [Schama \[1996\]](#). No Brasil, José Augusto [Pádua \[1987\]](#) e Cláudia [Heynemann \[1995\]](#) empreenderam estudos nesta linha, embora o primeiro tenha avançado em direção a uma abordagem direta entre sociedade e natureza ([Pádua, 2002](#)).

Na quarta postura, encontra-se a figura isolada, polêmica e destemida de Emmanuel Le Roy Ladurie, com seus escritos sobre história do clima sem a presença do ser humano ([1983](#)).

O que distingue a história ambiental das histórias econômica, social, política e cultural é a incorporação da natureza não-humana (domínios físico-químico e biológico) como agente de história. Outro traço distintivo é a interação dos mundos natural e cultural, o que pressupõe uma continuidade entre natureza e cultura. Assim, a natureza não-humana passa a ser produtora de fontes que registram suas interações com as sociedades humanas, fontes que não se limitam às marcas diretas imprimidas nela pelo ser humano, senão que geradas por sua própria dinâmica. Em síntese, a natureza ocupa agora a posição de sujeito de história e não

mais de objeto. Isto porque, para os autores apontados, a natureza não-humana é encarada como agente de transformação, não como objeto passivo. Por sua vez, Emmanuel Le Roy Ladurie, ao excluir o ser humano de uma história apenas vivida pela natureza não-humana, comporta-se mais como climatologista e glaciologista de forma indireta, ou seja, sem formação específica em áreas fora da história.

Entende-se que a natureza não-humana não é mais objeto ou coadjuvante no processo histórico humano. A crise ambiental da atualidade, percebida com clareza a partir dos anos de 1970, mostra que ela é sujeito de história. Olhando para o passado, conclui-se que ela atuou como protagonista da história humana desde os primórdios da humanidade, mas só agora, divisando o passado com a perspectiva do presente, confere-se à natureza o caráter de sujeito da história.

Parte-se também da premissa de que cada modo de produção lida com a natureza de maneiras distintas. Houve crises ambientais no passado, mas elas tinham caráter local e temporário. A crise atual foi gerada pelo modo de produção capitalista e está sendo agravada por ele. Pela primeira vez na história humana, uma crise ambiental de origem antrópica adquire amplitude global e ameaça a economia que a gerou. A abordagem dos problemas ambientais que se pretende efetuar neste texto pauta-se, teoricamente, pelo princípio de que a natureza não-humana é também agente de história. Pela perspectiva metodológica, recorre-se ao método da complexidade conforme a concebe Edgar Morin, construindo um campo que transcende os recortes do saber instaurados pela modernidade para projetar-se numa região transdisciplinar que reconhece continuidade complexa entre natureza e sociedade humana [2011, 2012, 2015, 2016a, 2016b, 2017]. Morin observa que não basta desenvolver uma abordagem transdisciplinar. É preciso saber de qual transdisciplinaridade se fala. Os físicos gregos, os humanistas do Renascimento e os pensadores do século XVII praticaram a transdisciplinaridade. O tratamento transdisciplinar destes últimos – com a alocação do sujeito [*res cogitans*] no metafísico e do material [*res extensa*] na ciência, com a matematização do conhecimento e com as formalizações reducionistas – paradoxalmente conduziu à monodisciplinaridade e aos recortes rígidos entre as áreas do saber, separando-as em campos incomunicáveis. Daí a tomar-se a parte pelo todo foi um passo.

A transdisciplinaridade complexa deixa de ser apenas um método. Agora, ela se aproxima mais da teoria, pois revoluciona o saber, reordena os diversos objetos, faz ruir barreiras, incorpora a subjetividade, introduz a complexidade e repele o determinismo. A nova transdisciplinaridade busca a comunicação complexa dos domínios físico, químico, biológico e antropológico.

Acercando-se mais do objeto de estudo, faz-se necessário usar o conceito de ecossistema, que deve ser entendido como um sistema complexo e aberto de relações mútuas entre organismos em vinculação intrínseca com fatores abióticos, tais como clima, luminosidade, temperatura, umidade, pressão, salinidade etc., constituindo um todo organizador e organizado com identidade própria [Morin, 2016a].

É possível e adequado transferir conceitos das ciências humanas sobre a natureza não-humana para as ciências humanas sobre a natureza humana e vice-versa? Isabelle Stengers [1987] argumenta que um conceito pode migrar de um campo do conhecimento a outro se ele for capaz de organizar e de conferir consistência àquele do qual não é originário, tornando-se adequado e explicativo. Assim, os conceitos de estratégia e tática, empregados por Michel de Certeau [1996], poderiam ser invocados para explicar tanto as táticas das sociedades humanas em suas trajetórias quanto as da natureza não-humana no interior de estratégias dadas. A estratégia consiste nos limites impostos pelo forte ao

fraco, no campo em que o fraco se movimenta, inventa e ludibria o forte. Este processo seria aplicável a todos os seres vivos, como o próprio Certeau reconhece, ao dizer que

Os procedimentos desta arte se encontram nas regiões remotas do ser vivo, como se vencessem não apenas as divisões estratégicas das instituições históricas mas também o corte instaurado pela própria instituição da consciência. Garantem continuidades formais e a permanência de uma memória sem linguagem, do fundo dos mares até as ruas de nossas megalópoles [1996, p. 104].

Subtrair das antropossociedades a sua base físico-biológica, entendendo o ser humano, a sociedade e a cultura como fenômenos inteiramente novos e originais, é uma explicação metafísica que a modernidade conserva. Ao mesmo tempo em que é fundado por uma entidade matricial de onde emerge, o ser humano também se funda e rompe com a própria natureza de onde saiu, instaurando a sociedade e a cultura mediante um corte radical, absoluto e definitivo. Este novo ser, inédito de inteiro teor, guardará da natureza apenas sua raiz física. Perpetua-se assim, com roupagem sofisticada, o paradigma cientificista e antropocêntrico formulado no século XVII. A etologia, porém, revela-nos a existência de uma inteligência disseminada entre os seres vivos, de comportamentos adquiridos desde unicelulares até primatas, de organizações sociais, de manifestações protoculturais.

Ainda acompanhando Morin [2015], a representação vem a ser a apreensão intelectual do material condicionada por limitações de ordem natural e cultural, não se reduzindo ao material que representa ou o substituindo nem evaporando o material na representação. Empiricamente, o material existe, mas é inacessível na sua essência a qualquer ser vivo, dadas as suas limitações natural e cultural intrínsecas. Eis porque só se pode apreendê-lo por meio de representações. Real não é outro nome para material, posto que a representação também é real. Ela é produzida a partir do material. Assim como as ideias representam a realidade, elas próprias tornam-se reais. Ao ancorar as ideias na complexidade do cérebro humano, Morin [2015] dota-as de um lastro natural.

Região como construção histórica

Uma região se configura com o cruzamento de elementos ecológicos, geográficos e históricos. Depois de ser lançado no ostracismo pelas ciências sociais, o conceito de região volta a ser discutido. Tradicionalmente, entendeu-se região como parte de um Estado nacional ou o agrupamento de divisões administrativas dentro de um Estado. Daí regiões norte, nordeste, sudeste, sul e centro-oeste, em que se divide o Brasil. Por sua vez, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] [1989] vale-se das noções de microrregião homogênea e mesorregião. As finalidades são econômicas e administrativas.

Região é aqui entendida como na geografia clássica: um espaço com características naturais identificadas pelos sentidos. Na outra extremidade, o marxismo diluiu a região como se ela fosse uma ilusão ou uma construção criada pelo capitalismo. Com a globalização pela civilização ocidental, o regional diluiu-se no global.

Contudo, o processo que globaliza o capitalismo recria as regiões. Diante de um mundo aplainado pela economia, a geografia chamada pós-moderna busca novamente as regiões. Ao mesmo tempo, geógrafos críticos retornam a ela evitando enclausurar-se no regional e no global. Trata-se, agora, de reconhecer a região em suas múltiplas e complexas relações com o global.

Isto não significa considerar a região apenas como fruto de uma estrutura econômica, como fez Francisco de [Oliveira \[1977\]](#), nem somente como resultado de representações coletivas, como propôs [Bourdieu \[1998\]](#). Pelo prisma contemporâneo, a região tem por base, ao mesmo tempo, o natural, o econômico, o político e o simbólico. No contexto da globalização, novamente volta-se a discutir a questão das identidades regionais, considerando-se a recriação ou a atualização delas dentro de um contexto econômico global. Mais ainda, os geógrafos que retomam o conceito de região para fins teórico-metodológicos procuram identificá-la com o conceito de território, sustentando, também, que ela não é uma entidade passiva. Assim como se produz a região historicamente, ela produz, parcialmente, a sociedade que a produziu. Estão trabalhando nesta linha, com as diferenças normais da produção acadêmica, Ricardo [Abramovay \[1998\]](#); Milton [Santos \[1994\]](#); Roberto Lobato [Corrêa \[1991\]](#) e Sandra [Lencioni \[1999\]](#), entre outros. Por outro lado, as chamadas ciências da natureza [que também são humanas], notadamente a ecologia, valem-se, cada vez mais, do conceito de ecorregião. Embora não exista consenso entre os especialistas, uma ecorregião pode ser entendida como a reunião de ecossistemas relativamente aparentados no interior de um contexto distinto de outras ecorregiões. Pode-se concluir que, para os ecólogos, a ecorregião está acima de um ecossistema e abaixo de um bioma. Define-se ecossistema como um sistema auto-organizado e auto-organizável constituído de elementos abióticos e bióticos interagentes em circuitos recursivos que lhes conferem unidade e identidade estruturais e, ao mesmo tempo, equilíbrio dinâmico em ritmos distintos, tais como homeostasia, sucessão lenta e mudanças bruscas.

No âmbito destas considerações, basta o entendimento de que um ecossistema se insere num complexo maior denominado bioma, que pode ser definido como conjunto orgânico de ecossistemas aparentados, formando uma supraunidade e, ao mesmo tempo, interferindo nas unidades formadoras. Assim, uma ecorregião é formada por um mosaico de ecossistemas integrantes de um bioma.

No campo das ciências da natureza, a discussão de ecorregião vem sendo tratada mais por pesquisadores estrangeiros que brasileiros. Entre eles, destacam-se os nomes de [Bailey \[1998\]](#), [Brow e Lomolino \[2006\]](#), [Cox e Moore \[2001\]](#), [Dinnerstein, E.; Olson, D. M.; Graham; D. J., Webster, A. L.; Primm, S. A. e Book Binder, M. P. \[1995\]](#). No Brasil, a discussão ainda é incipiente.

O curioso é observar que os cientistas sociais, em suas reflexões sobre região, ignoram completamente os cientistas da natureza em seu esforço de pensar e aplicar o conceito de ecorregião. O contrário também acontece. Para o historiador ambiental, os dois grupos aportam contribuições importantes. Fiquemos com as seguintes premissas:

1. a discussão sobre região está na pauta atual dos cientistas sociais;
2. no conceito recente de região, busca-se reunir o natural, o econômico, o político e o cultural;
3. a região é produzida socialmente, mas também produz o sociocultural;
4. uma região se constitui de ecossistemas distintos, mas muito próximos.

Por mais que possamos encontrar unidade em aspectos naturais para configurar uma região, ela é sempre uma construção humana formada historicamente. Aliás, o conceito de região tem origem europeia. As atuais Regiões Norte e Noroeste fluminense têm como raiz mais profunda a capitania de São Tomé, doada a Pero de Góes no século XVI. O sistema político-administrativo utilizado pelo reino de Portugal foi o de capitanias hereditárias em todas as suas colônias. Ela era doada a um donatário ou mais, que recebiam poderes quase monárquicos sobre suas terras. Eles podiam conceder terras para terceiros a título de sesmarias, de forma que o modo europeu de economia e cultura fosse implementado nas terras incorporadas como colônias. Mas havia limites. Certos bens continuavam como monopólio da Coroa.

Características ecológicas do Noroeste Fluminense

A Região Noroeste Fluminense constituiu-se na margem esquerda do rio Paraíba do Sul com a única exceção de Itaocara. Toda ela ocupa a zona serrana baixa, na vertente interior da Serra do Mar. Seus curatos, freguesias, vilas e cidades ergueram-se nas bacias dos rios Pomba, Muriaé, Carangola e Itabapoana. O Noroeste Fluminense é constituído pelos municípios de Santo Antônio de Pádua, Miracema, Aperibé, na bacia do rio Pomba; Cambuci, na bacia do Paraíba do Sul e na sub-bacia do rio das Antas; Laje do Muriaé, Itaperuna, Italva e São José de Ubá, na sub-bacia do rio Muriaé. Varre-Sai, Natividade e Porciúncula na bacia do rio Carangola, afluente do Muriaé; e Bom Jesus do Itabapoana na bacia do rio Itabapoana. Itaocara ergue-se às margens do rio Paraíba do Sul. O rio Itabapoana forma uma bacia independente.

A vegetação nativa original era constituída pela Mata Atlântica em sua feição estacional semidecidual. Trata-se de um tipo de floresta que perde de 20% a 50% de suas folhas na estação seca. Havia também áreas alagadas e alagáveis em que se desenvolviam formações pioneiras de influência fluvial. São os brejos e campos nativos, com vegetação herbácea e, no máximo, arbustiva, conforme classificação de [Veloso, Rangel Filho e Lima \[1991\]](#).

Povos nativos do Noroeste Fluminense

Do ponto de vista humano, antes mesmo da colonização desse território por europeus, os povos pioneiros (indígenas) que o habitavam dotaram-lhe de expressiva unidade cultural. Havia várias nações vivendo nos futuros Norte/Noroeste Fluminense e Zona da Mata Mineira falantes de línguas aparentadas. Essa grande nação linguística, no entendimento de vários estudiosos, formava uma espécie de ilha no meio de povos tupis, não só pelo modo de vida peculiar que desenvolveram por imposição do ambiente como também pelas línguas faladas. Coroados, puris e coropós eram seus principais representantes [[Freire; Malheiros, 1997](#)]. Também Curt [Nimuendaju \[1987\]](#) traçou um famoso mapa em que a região é ocupada por goitacás, guarus, coroados e puris, limitados ao norte pelos temiminós e ao sul pelos tupinambás.

Da língua ou línguas faladas por esses povos, pouco restou, nem sequer na toponímia. Alguns vocábulos foram registrados por Wilhem Ludwig von Eschwege, Maximiliano de Wied-Neuwied, Karl Friedrich Philipp von Martius, Johann Baptist von Spix e pelo engenheiro Alberto de Noronha Torrezão. A língua falada pelos puris e com variantes pelos goitacás, coropós e coroados soa áspera e estranha no contexto cultural circunvizinho. Já existem dicionários de puri. Um deles foi organizado por Marcelo S. [Lemos \[2012\]](#).

Oportuno é atentar para as conexões que as nações indígenas da planície faziam com as nações que habitavam as partes mais elevadas da região. Examinando a questão em tese de doutorado, Renato da Silveira Mendes nota que, apesar das diferenças e mesmo da oposição entre regiões geográficas, havia estreita ligação dos povos que as habitavam [[1950](#)].

[Freire e Malheiros \[1997\]](#) reuniram, com base nas pesquisas de Aryon Rodrigues, as nações que formavam o enclave cultural mais ou menos correspondente ao Norte e Noroeste Fluminense no tronco linguístico macro-jê. Dos registros efetuados no período colonial e imperial, calcula-se que ela se dividia em 23 línguas, sendo 12 faladas na Capitania/Província do Rio de Janeiro.

Se, a despeito da tecnologia rudimentar da maior parte dos povos indígenas americanos, estabeleciam-se intercâmbios por vezes de longo alcance entre regiões distantes e extremamente distintas, lícito é admitir que, na região em apreço, contatos entre planície e serra se tornassem mais facilitados em vista da existência dos tabuleiros, área de transição entre ambas.

Os povos nativos do futuro Noroeste Fluminense desenvolveram uma economia de subsistência que dependia estreitamente dos rios e das florestas, onde pescavam e caçavam. Eles conheciam a agricultura, mas não dependiam dela. Conheciam a cerâmica e o polimento de pedra. Por esses traços, poderiam ser classificados como vivendo num modo de vida paleolítico por ainda praticarem uma economia extrativista. Por outro lado, poderiam ser também situados no neolítico por já desenvolverem o polimento da pedra e a cerâmica. Mas, por serem seminômades e sedentários, os conceitos de paleolítico e de neolítico não se aplicam devidamente aos povos americanos, como ressaltou Eduardo Góes [Neves \[2022\]](#).

Primórdios da colonização europeia

A colonização da região que deu origem ao Norte e Noroeste Fluminense começou pelo litoral, como não podia ser de outra forma. Everardo [Backheuser \[1944\]](#) demonstrou que as baixadas foram os locais de ancoragem da civilização europeia.

Como Portugal procedeu com suas terras conquistadas, o Brasil foi dividido em imensos lotes de terra que se estendiam da costa atlântica à linha imaginária do Tratado de Tordesilhas. Eram as capitanias hereditárias. Norte e Noroeste Fluminense correspondem, mais ou menos, à capitania de São Tomé. No plano cotidiano, o donatário Pero de Gois só se movimentou no estirão do rio Itabapoana entre a cachoeira da Limeira e a foz. Essa primeira iniciativa da colonização situou-se na margem direita da foz do rio Itabapoana, onde o donatário Pero de Gois ergueu um pequeno núcleo português batizado de Vila da Rainha. Depois, ele subiu o rio Itabapoana até encontrar uma queda d'água (na verdade, a última do rio), onde instalou um porto e um pequeno engenho para moer cana aproveitando a energia hidráulica. A iniciativa durou apenas seis anos [1539-1546].

A segunda tentativa iniciou-se em 1632, com a primeira excursão à planície norte-fluminense promovida por sete fidalgos, que ficaram conhecidos por Sete Capitães. A finalidade era a criação de gado para abastecer a cidade do Rio de Janeiro, cujo entorno foi aproveitado para o plantio de cana [[Soffiati, 2023](#)]. Em meados do século XVII, Campos e São João da Barra já existiam enquanto núcleos europeus, que seriam elevados à condição de vila em 1677.

Figura 1. Varre-Sai: paisagem marcada pelo desmatamento e pela erosão



Fonte: Acervo do autor

Por iniciativa da família Sá e Benevides, a capitania de São Tomé passou a se chamar capitania de Paraíba do Sul, no século XVII. No século XVIII, passou a integrar a capitania do Rio de Janeiro com o nome de Distrito dos Campos Goitacaz. A administração da justiça cabia, no entanto, à capitania do Espírito Santo. Com a independência política do Brasil, a divisão administrativa da capitania deu lugar à província. A capitania de Paraíba do Sul passou a chamar-se comarca de Campos dos Goitacases, no âmbito da Província do Rio de Janeiro. Campos era a sede da comarca, englobando as futuras regiões norte e noroeste fluminenses.

A república deu às comarcas, o nome de região. Chegou-se, então, à Região Norte Fluminense, com 14 municípios. As bases de sua economia eram então a agroindústria sucroalcooleira, a pecuária, a cafeicultura e outras atividades menores. A exploração de petróleo e gás natural na bacia litorânea de Campos acabou impondo a divisão da grande região em Norte e Noroeste Fluminense. Por critério do IBGE [1989], as regiões constituem mesorregiões com microrregiões homogêneas.

A partir do litoral, o interior foi sendo conquistado pelo modo de vida europeu. Esse processo iniciou-se no século XVIII e se consolidou no século XIX. O processo de conquista do grande sertão entre a costa norte-fluminense e a capitania de Minas Gerais efetuou-se por estradas de terra que acompanhavam os rios Itabapoana, Muriaé e Pomba.

Um relatório redigido pelo engenheiro militar Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde relaciona essas estradas [1837]. Uma delas era a estrada do Muriaé, que ligava Mariana a Campos e a São João da Barra. Ela era percorrida a pé ou por tropas muares. O grande produto procurado era a ipecacuanha, planta com múltiplos usos medicinais. A colonização da zona serrana banhada pela bacia do Muriaé começou com essa estrada, mas também, e sobretudo, a partir de Minas Gerais, como demonstra Vitória Fernanda Schettini de Andrade [2011].

Bellegarde registra a principal estrada entre Campos e Vila Rica [Ouro Preto]. Ela seguia pela margem esquerda do rio Paraíba do Sul até a embocadura neste do rio Pomba [1837]. Em 1809, o trecho Presídio São João Batista [atual Visconde de Rio Branco] – Campos foi aberto. Essa estrada permitiu que a bacia do rio Pomba fosse colonizada a partir de Minas Gerais e da Baixada dos Goytacazes. Ela foi estudada recentemente por pesquisadores mineiros [Capella; Carrara; Castro, 2021]. A abertura dela ensejou muitas requisições de sesmarias que darão início à colonização das bacias do Pomba e Antas. Ao mesmo tempo, uma estrada proveniente do Rio de Janeiro e passando por Nova Friburgo ligava-se a ela em direção a Minas Gerais. A grande estrada Vila Rica-Campos tinha um ramal que começava em Presídio São João Batista e alcançava Itapemirim, na foz do rio de mesmo nome. Ele também permitiu a colonização do interior.

Florestas

Toda a zona serrana à margem esquerda do rio Paraíba do Sul era coberta de florestas que alcançavam os tabuleiros na atual Guarus. O naturalista Hermann Burmeister, que saiu do Rio de Janeiro em direção a Mariana passando por Nova Friburgo, maravilhou-se com as florestas que margeavam o rio Pomba na altura de São José de Lionissa da Aldeia da Pedra [hoje Itaocara], em 1850. Em suas palavras,

A selva, naquele solo formado por um pântano escuro e fértil, junto dos grandes rios da planície, era muito diferente da mata que até então encontráramos, em regiões mais elevadas e montanhosas, nas faldas e nos cumes, menos vigorosa. As árvores não somente eram mais altas, mas também mais majestosas, e o matagal e as moitas tão densos que não se podia ver as altas copas. Eu, que já conhecera exemplares gigantescos nas matas brasileiras, admirei, surpreso, os colossais troncos, que ali havia, e a densidade das árvores menores e mais delgadas, que os rodeavam. Era impossível distinguir-se, por entre a cerrada folhagem de suas copas e o entrelaçamento de suas ramagens, a forma destacada de uma delas. Nas abertas, entre os troncos, onde não havia vegetação menor, é que se podia ver o quanto estes eram altos e despidos até o cimo e a altura vertiginosa em que espalhavam suas copas impenetráveis à vista. Tive ocasião de medir uma árvore abatida, que apresentava a grossura de 23/4 polegadas e o comprimento de 32 pés até os primeiros galhos. Árvores muito fortes não eram frequentes. A mais grossa que vi devia medir uns 8 pés de diâmetro; estava perto de uma choupana de “puris”, mato adentro, além do rio da Pomba. É bem provável que estes troncos retos e altos, que se encontravam próximos às grandes árvores, antes houvessem sido cipós, que, com o decorrer do tempo, se esticaram, devido ao crescimento das plantas que os suportavam. Era muito raro encontrar-se neste mato as parasitas que não se alimentam da seiva das árvores, em cujos troncos ou ramos vegetam, mas que recebem seu alimento do ar e da água, que fica depositado nas fendas das cascas depois das chuvas [epífitas]. Estas, aí, nas partes inferiores dos troncos, não podiam receber ar bastante para medrarem, e, por isso, subiam até atingirem as copas das árvores. Eis um dos motivos pelos quais nas partes baixas se encontravam muito menos formações de folhas. As sombras densas, o ar mais úmido e frio, o espaço escuro entre os troncos, não convêm às parasitas, que carecem dos raios quentes do sol e que produzem, por esta mesma razão, muito menos flores aromáticas e vivas em colorido do que em outros lugares mais abertos. Nessa parte da selva não encontrei uma só flor, nenhuma orquídea ou bromeliácea balouçava aí nos galhos das árvores, sob o impenetrável teto verde que cercava a vista. Nos pontos mais elevados dos troncos não se via outra coisa senão uma densa rede de folhas oscilando nas alturas [Burmeister, 1980, s/p].

No entanto, ele registra o desmatamento promovido por frentes pioneiras de colonização que empregavam indígenas para corte e transporte de toras pelo rio Paraíba do Sul até Campos, onde eram empregadas como madeira e lenha. Entrando em Minas Gerais, ele se surpreendeu com as grandes clareiras abertas no meio das florestas que tanto o encantaram [1980]. Desmatar era, então, sinônimo de progresso e de civilização. No vale do Pomba, o processo de urbanização [Figura 2] se manifestou em Santo Antônio de Pádua, Miracema e Cataguazes principalmente.

Figura 2. Cão no meio do leito do rio Pomba mostra sua profundidade na estiagem



Fonte: Acervo do autor

Sobre as florestas e o desmatamento no vale do rio Carangola e por extensão do rio Muriaé, colhe-se o depoimento de Alexandre Bréthel, francês que se tornou fazendeiro no atual Noroeste Fluminense e lá viveu entre 1862 e 1901, sem jamais retornar a seu país. As cartas que ele trocou com seu tio discutem política francesa, mas também informam sobre o dia a dia do vale do Carangola:

[...] essa mata é grande... ouço a folhagem roçar sob o vento, precursor da tempestade [...] a mata está escura... um estrondo... uma árvore que cai... barulhos... animais selvagens [...] colinas cobertas de café, depois a mata virgem de infinito verdor [...] Estou em plena colheita de café, além disso, logo abato três hectares de mata para aumentar o pasto de meus porcos [...] a luz da lua colore de tintas cinzas a atmosfera carregada de fumaça das matas que se queimam nessa época do ano para as sementeiras [Massa, 2016].

O depoimento de Bréthel cobre perfeitamente toda a extensão territorial correspondente ao Noroeste Fluminense, na época, comarca de Campos. Em primeiro lugar, as vastas e densas florestas que cobriam a terra montanhosa. Em segundo lugar, as chuvas torrenciais que causavam cheias contidas pela vegetação nativa. Em terceiro, o colossal desmatamento para a expansão da agricultura, sobretudo o café, mas não apenas.

Manoel Basílio Furtado empreendeu uma viagem científica entre Bom Jesus do Itabapoana e Castelo. Ele deixou informações escritas sobre essa viagem, realizada em 1875, e publicadas em 1884. O médico naturalista impressionou-se vivamente com a cobertura florestal das bacias do Itabapoana e do Itapemirim. As frondosas e contínuas matas eram formadas por ipê-peroba, pau-ferro, várias espécies de jacarandá, violeta, vinhático, cedro, pau-brasil, pau-pereira, copaíba, ipecacuanha etc. Ele não fez um inventário sistemático das espécies vegetais nativas, que deveriam ser muito mais numerosas.

No seu trajeto, na segunda metade do século XIX, Manoel Basílio Furtado encontrou lavouras de café, cana, algodão, fumo, milho, arroz, mandioca, laranja, limão. Lamentou que terras estivessem abandonadas ou usadas por lavouras inadequadas. Condenou o descaso dos agricultores permitindo a proliferação da erva de passarinho e da saúva, assim como condenou a monocultura e defendeu o desenvolvimento da agropecuária. Esse desenvolvimento não podia ser predatório, destruindo florestas indiscriminadamente, sobretudo com o fogo. Furtado se inseria na tradição de José Bonifácio e Joaquim Nabuco, que desejava promover o desenvolvimento do Brasil pela via rural com a proteção das fontes naturais da água e das florestas. Nas palavras de Furtado:

Lastimamos que a maior parte dos fazendeiros não esteja de acordo com essa grande verdade, o que será de muito funesta consequência para os seus vindouros [...] Por toda a parte o homem fica abismado na contemplação da vandálica degradação das nossas matas primitivas pelo fogo e pelo machado da civilização! [...] as matas foram sempre consideradas como antro de assassinos e criminosos [...] a solidão das matas, o silêncio que é apenas perturbado de longe em longe pelo piar monótono e rouco do jaó, e pelo estridor agudíssimo do grito da araponga, imprimem a este quadro uma total melancolia, que comunicando-se insensivelmente ao viandante, o torna taciturno e contemplativo. Quem nunca em sua vida gozou do ar livre das montanhas, e quem não contemplou ainda da espessura de um bosque o Alto Firmamento matizado de cintilantes estrelas em uma noite de primavera, não pode fazer uma ideia perfeita do que é a liberdade, e nem do que existe de mais sublime nas obras do Criador. O coração do filósofo, que do alto destas montanhas contempla os vales, as planícies, os rios povoados de seres viventes, a imensa riqueza dos três reinos da natureza criados expressamente para a utilidade e recreio do homem, não pode deixar de palpitar cheio de emoções e de reconhecimentos pelo seu Divino Benfeitor; e o viajante, imerso nas suas profundas meditações, entoa um hino de louvores ao Criador de todas as coisas [2014, p. 59].

Rios

O principal rio das Regiões Norte e Noroeste Fluminense é o Paraíba do Sul. O Noroeste formou-se no âmbito das bacias do Pombo, do Muriaé, do Carangola e do Itabapoana.

Figura 3. Estiagem no rio Muriaé, altura de Itaperuna



Fonte: Acervo do autor

Há vários córregos que afluem para os quatro. Eles recebem o nome genérico de valão. Cambuci ergueu-se em torno do valão Dantas, que provém da Serra do Monteverde e desemboca no Paraíba do Sul, à margem do qual a cidade se alongou. Itaocara cresceu na confluência do Pomba com o Paraíba do Sul. Santo Antônio de Pádua cresceu às margens do rio Pomba. Todos os rios, do maior ao menor, sofrem de fortes impactos ambientais [Figura 3] com o processo de colonização por atividades rurais e urbanas, como erosão de margens, turbidez, assoreamento e poluição por esgoto e resíduos.

Atividades econômicas

A primeira atividade econômica do Noroeste fluminense foi a derrubada das florestas. Ao mesmo tempo em que as matas devastadas produziam lenha e madeira, abria-se também espaço para a agropecuária. Burmeister [1980] observou que os índios foram empregados na extração de madeira, levada rio abaixo na forma de jangadas conduzidas por eles próprios. Cana, algodão e café exigiram fábricas para seu beneficiamento. Mas a principal atividade econômica foi a criação de gado leiteiro e de corte, também a exigir indústria de beneficiamento. O gado afetou o ambiente natural do Noroeste Fluminense de forma arrasadora [Figura 4].

Figura 4. Enchente no rio Itabapoana



Fonte: Acervo do autor

Mais recentemente, Santo Antônio de Pádua tornou-se um significativo polo de extração de pedras ornamentais. A economia de mercado se apresenta predatória no Brasil. Ela extrai o pelo, a pele, a carne e os ossos da terra. A exploração de pedras equivale à raspagem dos ossos.

Urbanização

Para os povos nativos do mundo, a urbanização em moldes europeus sempre representou um corpo estranho. Como já visto, a urbanização do Noroeste Fluminense começou nas terras baixas, subindo a parte montanhosa da região pelos rios Pomba, Muriaé e Itabapoana. Em sentido inverso, o processo proveio também de Minas Gerais. Em grande parte, a hierarquia dos núcleos urbanos originada em Portugal foi seguida no Brasil: curato, freguesia, vila e cidade. A maioria das cidades do Noroeste Fluminense, contudo, começou com o *status* de freguesia.

As ondas de pioneiros que percorreram a região em busca de ipecacuanha acabaram lançando as bases de núcleos urbanos. Foi grande a associação de desmatamento por queimada ou por machado para o fornecimento de lenha e de madeira com a expansão da fronteira agropecuária. Café, cana, algodão, arroz e gado impediram que as florestas se regenerassem. Na esteira da economia, ergueram-se núcleos urbanos.

Atualmente, as maiores cidades do Noroeste Fluminense são Santo Antônio de Pádua, Itaperuna e Bom Jesus de Itabapoana. A primeira ergueu-se às margens do rio Pomba. A segunda, às margens do rio Muriaé e a terceira, às margens do rio Itabapoana. Exatamente os três maiores rios do Noroeste Fluminense. O Pomba e o Muriaé são afluentes do rio Paraíba do Sul. O Itabapoana é uma bacia independente. Bom Jesus do Itabapoana é um caso curioso por ter se conurbado com Bom Jesus do Norte, no Espírito Santo. Basta atravessar uma pequena ponte para mudar de cidade e de estado.

Esses polos urbanos apresentam crescimento desordenado e predatório. As deficiências de saneamento básico causam a poluição dos cursos d'água por esgoto e lixo. O crescimento autofágico das cidades substitui com frequência estilos antigos de construção por estilos novos e novíssimos, conferindo aos núcleos urbanos heterogeneidade arquitetônica e urbanística.

Em todas as cidades da região, tanto nas grandes quanto nas pequenas, o que se percebe com clareza é a fragilização do terreno. A falta de vegetação nativa protetora deixa o solo exposto a intempéries, o que é agravado secularmente pela agricultura e pela pecuária. A erosão é agravada pela topografia. As chuvas e os ventos carreiam sedimentos para os rios, causando turbidez e assoreamento.

O lançamento de esgoto doméstico e industrial *in natura* muda a qualidade da água, tornando-a poluída. Resíduos sólidos lançados nas margens e nos leitos agravam mais ainda o estado de rios que outrora foram cristalinos e abrigavam biodiversidade rica em termos de invertebrados, peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos. O desmatamento e a poluição empobreceram a biodiversidade e, conseqüentemente, a atividade pesqueira.

O regime hídrico dos rios também foi drasticamente alterado. Com a proteção florestal de áreas de recarga, nascentes e margens de rios, as chuvas regulares provocavam cheias e vazantes. Sem as matas, assoreados e com as margens invadidas pelas cidades, as chuvas provocam enchentes e transbordamentos. No tempo das estiagens, a vazão dos rios se reduz drasticamente, deixando frequentemente o leito exposto. A irregularidade do regime hídrico é agravada por barragens de acumulação e para geração de energia elétrica no leito dos rios. De todos, o rio Itabapoana é o mais afetado por sete barragens para geração de energia elétrica.

Hoje, as cheias foram substituídas pelas enchentes e as vazantes pelas secas. As enchentes provocam transbordamentos que invadem as cidades, que, por sua vez, invadem a margem de segurança dos rios. As secas reduzem significativamente o volume hídrico e aumentam a poluição, que continua volumosa o tempo todo. No todo, a região já carece de água para a agropecuária e para o abastecimento público.

A economia do modo de produção capitalista não atinge apenas a natureza, mas também a sociedade. As desigualdades sociais são bastante acentuadas. Os pobres são empurrados para áreas de risco. Estas são produto do natural combinado com o social. Assim como as ruas próximas aos rios em Itaocara, Santo Antônio de Pádua, Itaperuna, Bom Jesus de Itabapoana e outras menores ficam alagadas com transbordamentos, os pobres sofrem com deslizamentos de encosta e enchentes. Os pobres têm pouco e perdem tudo numa enchente. O pouco que conseguem obter é perdido na próxima. Itaocara, Santo Antônio de Pádua, Cambuci, Miracema, Aperibé, Laje do Muriaé, Porciúncula, Natividade, Varre-Sai, Italva e Bom Jesus de Itabapoana já sofreram com enchentes e secas tanto na parte urbana quanto na parte rural [Soffiati, 2024].

Considerações finais: Problemas socioambientais: do local ao global ao local

Assim como a Revolução Industrial criou o proletariado urbano e o transformou em sujeito de história, o modo de produção capitalista no seu mais amplo sentido transformou a natureza não-humana também em poderoso agente de mudança. Cabe a ponderação de que a natureza não pode ser considerada sujeito de história por não ser capaz de desenvolver consciência de si e de outrem. Consciência não é condição indispensável para negros escravizados, grande parte dos camponeses e dos trabalhadores urbanos da condição de agentes de transformação. E não se pode, contudo, afirmar que eles agiram de forma consciente.

Na verdade, a natureza atua como agente desde as origens da cultura, há cerca de um milhão de anos. Mas só com a crise ambiental atual os historiadores ambientais da atualidade passaram a caracterizá-la como sujeito de história. As raízes profundas dessa crise situam-se no século XV, com a expansão marítima da Europa. Melhor dizendo, do modo de produção capitalista. Os europeus não se arriscaram em mares desconhecidos, não lutaram contra povos de outros continentes por serem aventureiros e guerreiros. Sua motivação era o comércio e o lucro. Os livros dos navegantes mostram que eles buscavam africanos como escravos, marfim de elefantes e especiarias para a venda com alta lucratividade.

A vasta Mata Atlântica não mereceu contemplação e encantamento dos rudes colonizadores. Apenas dos naturalistas. Ela foi vista como estoque de lenha, madeira e espaço a ser ocupado com agricultura e pastoreio. Os metais preciosos usados por astecas e incas como matéria-prima para adornos foram vistos como riqueza monetária pelos europeus. A destruição da Mata Atlântica liberou carbono na atmosfera e deixou de produzir oxigênio. Essa devastação contribuiu para acentuar o efeito-estufa e o aquecimento global. Mas ele só foi percebido e reconhecido na década de 1970, quando gases derivados da queima de combustíveis fósseis já haviam avolumado a crise.

Assim, podemos dizer que o desmatamento do território hoje reconhecido como Noroeste Fluminense contribuiu para o efeito-estufa. A crise local contribuiu para a crise global que se manifesta também no local. As tempestades destruidoras e as severas estiagens se abatem sobre o Noroeste Fluminense, com consequências para a natureza, para a sociedade (sobretudo a parte pobre dela) e para a economia. Em conclusão, a destruição local da natureza contribuiu para a crise ambiental global, que afeta o local.

Referências

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Fortaleza: MEPP, Governo do Ceará, 1998.

ALMEIDA, J. P. **A extinção do arco-íris: ecologia e história**. Campinas: Papirus, 1988.

ANDRADE, V. F. S. **Os sertões de São Paulo do Muriaé: terra, riqueza e família na Zona da Mata Mineira: 1846-1888**. 2011. 251f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.

BACKHEUSER, E. “Da trilha ao trilho”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 4., 1944, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1944.

BAILEY, R. G. **Ecoregions: the ecosystem geography of the oceans and continents**. New York: Springer-Verlag, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-1-4612-2200-2>.

BELLEGARDE, H. L. N. **Relatório da 4ª Seção de Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro apresentado à respectiva diretoria em agosto de 1837**. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. F. da Costa, 1837.

- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRAUDEL, F. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. Lisboa: Martins Fontes, 1983. 2v.
- BROW, J. H.; LOMOLINO, M. V. **Biogeografia**. 2. ed. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC, 2006.
- BURMEISTER, H. **Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- CAPELLA, M. J. N.; CARRARA, A. A.; CASTRO, J. F. M. **A estrada geral de Minas a Campos dos Goytacazes**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- CORVOL, A. **L'homme aux bois: histoire des relations de l'homme et de la forêt - XVIIe-XXe siècle**. Paris: Fayard, 1987.
- COX, C. B.; MOORE, P. D. **Biogeography: an ecological and evolutionary approach**. 6. ed. Oxford, UK: Blackwell Publishers, 2001.
- CRONON, W. **Changes in the land-indians: colonists and ecology of New England**. New York: Hill and Wang, 1983.
- CROSBY, A. W. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa: 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DINNERSTEIN, E.; OLSON, D. M.; GRAHAM, D. J.; WEBSTER, A. L.; PRIMM, S. A.; BOOKBINDER, M. P. **Conservation assessment of the terrestrial ecoregions of Latin America and the Caribbean**. Washington: World Bank, 1995.
- DRUMMOND, J. A. **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói, [RJ]: EdUFF, 1997.
- FREIRE, J. R. B.; MALHEIROS, M. F. **Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1997.
- FURTADO, M. B. **Itinerário da freguesia do Senhor Bom Jesus do Itabapoana á gruta das Minas do Castelo**. Campos dos Goytacazes: Essentia, 2014. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/livros/article/view/7014>. Acesso em: 22 ago. 2025.

HEYNEMANN, C. **Floresta da Tijuca: natureza e civilização no Rio de Janeiro – século XIX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resolução nº 51 da Presidência do IBGE acerca da Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. IBGE: Rio de Janeiro, 1989.

LE ROY LADURIE, E. **Histoire du climat depuis l'an mil**. Paris: Flammarion, 1983. 2v.

LEMOS, M. S. **Vocabulário da língua puri**. Rio de Janeiro: edição do autor, 2012.

LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

LENOBLE, R. **História da ideia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 1990.

MASSA, F. **Um francês no vale do Carangola: Alexandre Bréthel, farmacêutico e fazendeiro** [pesquisa sobre sua correspondência brasileira, 1862-1901]. Belo Horizonte: Crisálida, 2016.

MENDES, R. S. **Paisagens culturais da Baixada Fluminense**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1950.

MORIN, E. **O método: 1: a natureza da natureza**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2016a.

MORIN, E. **O método: 2: a vida da vida**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2016b.

MORIN, E. **O método: 3: o conhecimento do conhecimento**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MORIN, E. **O método: 4: as idéias, habitat, vida, costumes, organização**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MORIN, E. **O método: 5: a humanidade da humanidade: a identidade humana**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

MORIN, E. **O método: 6: ética**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2017.

NEVES, E. G. **Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central**. São Paulo: Ubu: Edusp, 2022.

NIMUENDAJU, C. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1987.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re[li]gião**: SUDENE, Nordeste: planejamento e conflitos de classes. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PÁDUA, J. A. **Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil**. In: PÁDUA, J. A. [org.]. **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PERLIN, J. **História das florestas**: a importância da madeira no desenvolvimento da civilização. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

PONTING, C. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1994.

SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOFFIATI, A. **O cotidiano das mudanças climáticas**: primeiro caderno (1979 a 2022). Rio de Janeiro: Autografia, 2024.

SOFFIATI, A. [org.]. **Os mais antigos documentos europeus sobre a Capitania de São Tomé**. Campos dos Goytacazes: Essentia, 2023. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/livros/article/view/21141>. Acesso em: 22 ago. 2025.

STENGERS, I. La propagation des concepts. *In*: STENGERS, I. [org]. **D'une science à l'autre**: des concepts nomades. Paris: Du Seuil, 1987.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TURNER, F. **O espírito ocidental contra a natureza**: mito, história e as terras selvagens. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

VELOSO, H. P.; RANGEL FILHO, A. L. R.; LIMA, J. C. A. **Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1991. Disponível em: https://jbb.ibict.br/bitstream/1/397/1/1991_classificacaovegetal_Velloso1991.pdf. Acesso em: 22 ago. 2025.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2324.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2025.

WORSTER, D. **Rivers of empire**: water, aridity and the growth of the American West. New York: Pantheon, 1985.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS**COMO CITAR ESTE ARTIGO SEGUNDO AS NORMAS DA REVISTA**

ABNT: SOFFIATI, A. A crise ambiental da atualidade: o caso do Noroeste Fluminense. *Vértices [Campos dos Goytacazes]*, v. 27, n. 2, e27223481, 2025. DOI: <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v27n22025.23481>. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/23481>.

APA: Soffiati, A. A crise ambiental da atualidade: o caso do Noroeste Fluminense. *Vértices [Campos dos Goytacazes]*, 27(2), e27223481. <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v27n22025.23481>.

DADOS DO AUTOR E AFILIAÇÃO INSTITUCIONAL

Arthur Soffiati – Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro [UFRJ]. Professor Associado aposentado da Universidade Federal Fluminense [UFF] – Campos dos Goytacazes/RJ – Brasil. E-mail: as-netto@uol.com.br.

FINANCIAMENTO

O autor não declara ter tido financiamento externo para a pesquisa que originou este artigo.

APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA NA PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

O autor declara não haver conflito de interesses.

DISPONIBILIDADE DOS DADOS

Não se aplica.

DECLARAÇÃO DE USO DE IA

O autor não declarou uso de ferramentas de inteligência artificial generativa na pesquisa e na escrita do artigo.

DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTURAL

Este documento é protegido por Copyright © 2025 pelo Autor

LICENÇA DE USO

Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](#). Os usuários têm permissão para copiar e redistribuir os trabalhos por qualquer meio ou formato, e também para, tendo como base o seu conteúdo, reutilizar, transformar ou criar, com propósitos legais, até comerciais, desde que citada a fonte.

RESPONSABILIDADE PELA PUBLICAÇÃO

Essentia Editora, coordenação subordinada à PROPPIE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da Essentia Editora.

NOTA

Este artigo faz parte do Dossiê Temático “Sociedade-Natureza, Economia, Política e Cultura no Noroeste Fluminense e regiões circunvizinhas” selecionado no Edital n. 77/2024 para publicação na *Vértices*.